LEI N.º 1.663 / 2001

Determina a obrigatoriedade da inclusão do estudo referente à dependência química em disciplinas constantes no currículo escolar das Escolas Municipais, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação.

A Câmara Municipal de Cachoeira de Minas, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, Chefe do Poder Executivo Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - É obrigatório o estudo da dependência química e suas conseqüências neuropsíquicas e sociológicas - uso de drogas - no currículo escolar de 1º grau, a partir das disciplinas constantes no núcleo curricular básico elaborado pela Secretaria Municipal de Educação para as escolas públicas e particulares, no âmbito do Município de Cachoeira de Minas.

Art. 2º - As escolas municipais devem incluir nos conteúdos programáticos do núcleo comum dos currículos do ensino fundamental e médio, estudos sobre a dependência química e as conseqüências neuropsíquicas e sociológicas do uso das drogas.

Parágrafo Único - O desenvolvimento desses estudos deve ser acompanhado pela Supervisão Pedagógica e Orientação Educacional, adotando-se estratégias próprias e específicas.

Art. 3º - Cada unidade de ensino deve elaborar e implementar seus próprios projetos de acordo com sua realidade, envolvendo toda comunidade escolar nas diversas etapas do processo.

Art. 4º - As ações preventivas deverão considerar os conteúdos históricos, socioculturais e econômicos, nos quais se insere a escola, levando em conta os programas de saúde.

Parágrafo Único - As ações devem ser direcionadas para a valorização da qualidade de vida.

Art. 5º - Para implementação de uma abordagem seqüencial e que propicie aprofundamento de estudos sobre o tema, o professor deve planejar suas atividades coletivamente, com ações voltadas para a formação e informação do aluno.

Art. 6º - Os setores de supervisão e orientação escolar das unidades de ensino poderão convidar especialistas no assunto para ministrar conferências, palestras, simpósios e outras atividades pedagógicas, bem como representantes de entidades e núcleos especializados existentes no Município para prestarem depoimentos e relatarem experiências.

Parágrafo Único – As atividades mencionadas neste artigo, além de serem consideradas de relevante interesse público, poderão valer-se do apoio da Secretaria Municipal de Saúde, que colocará à disposição os meios e recursos ao seu alcance.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cachoeira de Minas, 21 de Novembro de 2.001.